



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA
PROCEDIMENTO AUXILIAR
CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO
DE LEILOEIROS PÚBLICOS**

1- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O Município de São Borja não possui em seus quadros servidores habilitados e qualificados para lançar em hasta Pública a venda dos bens inservíveis à Administração.

Considerando o Art.5º §1 do Decreto Municipal nº 19.358/2022 onde o leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração.

Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento.

Serão levados à venda através do Leiloeiro credenciado os bens móveis e imóveis considerados economicamente inviáveis e antieconômicos para conserto e manutenção e improdutivos para uso permanente no serviço Público, inservíveis para atendimento das ações programáticas da Municipalidade, que por essa razão não estão mais sendo empregados nas atividades-fim para os quais se destinavam.

Da mesma forma serão levados à venda os bens móveis e imóveis considerados inservíveis à Administração.

Diante disso, justifica-se a contratação de Leiloeiro Oficial através de procedimento de credenciamento e sorteio em face da necessidade de desfazimento destes bens inservíveis e onerosos à Administração, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais nº 19.357/2022, nº 19.355/2022, nº 19356/2022 e nº 19.358/2022.

2- CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO:

Abertura de Chamamento Publico para Credenciamento de Leiloeiros Públicos para realização, mediante contrato específico, de Leilões com vistas à venda de bens móveis e imóveis do Município de São Borja – RS, conforme previsto no Art.5º §1 do Decreto Municipal nº 19.358/2022.

3- PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O credenciamento vigorará por 05(cinco) anos a partir da publicação do seu resultado no Diário Oficial eletrônico do Município de São Borja- DOESB.

3.2. A definição do Leiloeiro a ser contratado se dará por sorteio a ser realizado cada vez que o Município necessitar realizar um Leilão para venda de seus Bens Patrimoniais móveis e imóveis em desuso, cada sorteio participarão todos os credenciados, inclusive os que já tenham sido, sorteados anteriormente.

3.3. Cada contrato durará até que seu objeto seja executado, em conformidade com o Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

do Leilão que será realizado em conjunto entre Município e o leiloeiro contratado.

3.4. Os eventos contratuais que recaírem em datas posteriores à extinção da vigência do contrato (prestação de contas, pagamentos, etc...) deverão ser executados em total conformidade com as condições e exigências previstas no contrato.

3.5. Não há data previamente definida para a realização dos leilões, ocorrendo estes apenas a partir da demanda apresentada pelo Município.

4- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do certame pessoas físicas que sejam Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrados na categoria de classe e na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

4.2. Ressaltamos que, após o credenciamento e a seleção, o Leiloeiro deverá realizar vistoria "in Loco" nos pátios e depósitos onde estão os bens móveis inservíveis.

4.3. É vedada a participação de :

- a) Empresas e consórcios, qualquer que seja a forma de constituição;
- b) Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitações;
- c) Leiloeiros declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.4. O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo excluídos do rol de credenciados prestados. Ressaltamos que este deverá seguir rigorosamente o exposto no Decreto Nº 21.981 de 19/12/32, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e das demais legislações pertinentes.

5- OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO CONTRATADO

5.1. Emitir recibo, no ato do recebimento dos bens, atestando o estado de conservação registrado nos documentos emitidos pelo Município.

5.2. Planejar, em conjunto com o Município, todas as fases do leilão e executá-las em conformidade com este planejamento.

5.3. Auxiliar o Município na composição dos lotes de bens para venda, de modo a torná-los atrativos para o mercado.

5.4. Apresentar previamente a minuta de cada aviso de leilão de bens do Município, de que trata o Art.38 do Decreto 21.981/32, indicando o veículo de divulgação e o respectivo custo, observando, ainda, que:

a) Os avisos de leilão deverão ser elaborados em conformidade com os padrões definidos pelo Município;

b) O leiloeiro contratado só poderá proceder a publicação do aviso de Leilão depois de o Município autorizá-lo, o que será feito à vista da aprovação da minuta;

c) Os avisos para divulgação de que trata o Art.38 do Decreto nº 21.981/32, não obstante o Município realize outra publicação da mesma natureza;

d) Os custos de divulgação dos avisos serão suportados pelo Leiloeiro designado para cada ato.

5.5. Encaminhar ao Município uma cópia de cada publicação realizada em jornal de grande circulação, no prazo de até 02(dois) dias úteis a partir da respectiva publicação.

5.6. Prever pagamento somente a vista para todos os bens do Município que venham a ser vendidos em leilão, salvo se outra forma tenha sido prévia e legalmente autorizada pelo Município.

5.7. Realizar os leilões de bens móveis e imóveis do Município com estrita observância da legislação pertinente e do planejamento elaborado em conjunto com o Município e não entregar os bens negociados aos respectivos arrematantes antes de recebido integralmente o valor correspondente

5.8. Preencher o Certificado de Registro de Veículo – CRV/DUT(documento de Transferência) de cada veículo do Município vendido em leilão , com os dados do respectivo arrematante, responsabilizando-se por eventuais rasuras e extravios, bem como providenciar a assinatura do comprador com o reconhecimento da firma por autenticidade em cartório e entregá-lo ao Município,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

acompanhado de 02(duas) cópias do documento de identidade (RG) e CPF do arrematante, para fins de assinatura pela autoridade competente.

5.9. Prestar contas ao Município de cada leilão realizado até 5(cinco) dias úteis após sua respectiva realização inclusive com relatório dos bens leiloados, valores destes e os bens não leiloados;

5.10. Recolher através de Documento de Arrecadação Nacional -DAM ou através de depósito em conta bancária indicada pelo Município, em até 48 horas, o valor auferido com a venda dos bens, quando não recolhido ou depositado diretamente pelos arrematantes.

5.12. Encaminhar ao Município, mídia(s) digital(is) com áudio e vídeo gravados no local da realização do leilão, contendo na íntegra, desde a abertura do leilão, todos os lances e arremates, até o encerramento dos trabalhos, com qualidade de gravação que permita a perfeita visualização/audição de todo o processo, até 15 (quinze) dias úteis após a realização do evento.

5.13. Manter sigilo dos serviços contratados e de dados processados, inclusive da documentação.

5.14. Não será permitida a participação em novos sorteios, o leiloeiro que não tenha cumprido qualquer das disposições acima.

6. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1. A disponibilização de local adequado para realização do leilão, para fins de vistoria dos bens por parte dos interessados e efetiva realização do leilão;

6.2. Planejar em conjunto com o Leiloeiro contratado todas as fases do Leilão, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais;

6.3. Observar plano de leilão, elaborado em conjunto com o leiloeiro contratado,

6.4. Emitir, à vista das notas de arrematação do leiloeiro contratado, os documentos fiscais e outros que a Lei exigir para formalização da venda dos bens negociados em leilão público, pelo leiloeiro contratado;

6.5. Armazenar, de forma organizada e em local seguro, os bens para fins de leilão, de modo a preservar-lhes a integridade e o estado de conservação;

6.6. Propiciar ao Leiloeiro Oficial credenciado condições para a plena execução deste contrato;

6.7. Assegurar ao Leiloeiro o livre acesso aos locais onde estão dispostos os bens móveis inservíveis.

6.8. Fornecer ao Leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências.

7. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

7.1. Os serviços deverão ser executados em local e endereço completo a ser determinado pelo Município de São Borja, permitindo acesso aos interessados a participarem do leilão, correndo por conta do Credenciado todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciário, transporte de pessoal, publicações e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto.

7.2. Compete ao Leiloeiro Oficial à condução pessoal do leilão, somente podendo delegar suas funções a um preposto nas hipóteses previstas no Art.11º do Decreto nº21.981 de 19/10/32, com a estrita observância das disposições estabelecidas no Edital e mediante comunicação formal e prévia anuência.

7.3. Mediante circunstâncias, cabe salientar que para a prestação dos referidos serviços, objeto deste Termo, o Leiloeiro alocará recursos humanos de seus quadros, além de recursos físicos e tecnológicos, como o ambiente para a realização do evento e equipamentos e informática para processamento dos trabalhos, sem qualquer despesa para o Município, ficando a cargo do leiloeiro, inclusive as previstas no Art.42, §2º do Decreto nº 21981 de 19/12/32.

8. PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIMITE DE DESPESA AUTORIZADA E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

8.1. A remuneração do Leiloeiro contratado para realizar leilão será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio Leiloeiro diretamente dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o § 2º do Art.42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do Art.24 do mesmo Decreto.

8.2. Em hipótese alguma o leiloeiro poderá realizar retenção parcial ou total do valor da venda dos bens, que será repassado integralmente ao Município.

8.3. Não será devido ao Leiloeiro Oficial credenciado nenhum outro pagamento além da comissão referida acima.

8.4. As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro Oficial credenciado.

8.5. Não cabe a esta Municipalidade, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

8.6. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

São Borja, 24 de fevereiro de 2022

DOMINGOS PLÍNIO KLEIN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO

EDUARDO BONOTTO
PREFEITO